



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA**

Nº /2019

HABEAS CORPUS Nº 554349/PB

IMPETRANTE : GILSON DIPP E OUTROS

PACIENTE: : RICARDO VIEIRA COUTINHO

RELATOR : EXMª SRA. DRA. MINISTRA LAURITA VAZ

EXCELENTÍSSIMA SENHORA MINISTRA RELATORA,

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO, (em regime de plantão)

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, vem,
perante V. Exa., manifestar-se nos seguintes termos:

Trata-se de *Habeas Corpus*, com pedido liminar, interposto em favor de Ricardo Vieira Coutinho em face da decisão proferida pelo Desembargador Ricardo Vital de Almeida, integrante do Tribunal de Justiça da Paraíba, que, no âmbito da Medida Cautelar Inominada n.º 0000835-33.2019.815.0000, decretou a prisão preventiva do paciente.

Alegam os impetrantes, inicialmente, a ausência dos requisitos para a decretação da prisão preventiva do paciente,

em razão de os eventos delitivos que lhe são imputados terem ocorrido entre 2010 e 2018, durante o mandato que exerceu de Governador do Estado da Paraíba.

Afirma, ainda, que, mesmo o atual governador tendo sido eleito pelo partido que o paciente integra, a parceria entre o governador e o paciente teria sido rompida. A comprovação do rompimento se daria pela exoneração realizada pelo atual governador de diversas pessoas que ocupavam cargo na gestão do paciente.

Ademais, segundo os impetrantes, os contratos com a Cruz Vermelha do Brasil – Filial do Rio Grande do Sul e com o Instituto de Psicologia Clínica Educacional e Profissional – IPCEP, iniciados na gestão do paciente e questionados na investigação que resultou em sua prisão, teriam sido rescindidos ou, no caso do IPCEP, estariam próximos de se encerrar.

Desse modo, a prisão seria incabível, em razão de o impetrante não exercer mais o cargo de governador, assim como a estrutura delitiva anteriormente iniciada não persistir.

Os impetrantes afirmam também que o decreto prisional seria inidôneo, em decorrência de se sustentar exclusivamente em colaborações premiadas, ou seja, em depoimentos e provas unilateralmente produzidas pelos colaboradores.

Defendem que os depoimentos dos colaboradores, sem outros elementos probatórios que os corroborem, são insuficientes para fundamentar a decretação de uma prisão preventiva.

Em caso de indeferimento do pedido de liberdade, entendem os impetrantes ser suficiente a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão. Um dos argumentos seria o fato de o paciente encontrar-se com a guarda unilateral do filho de 9 anos.

Ao final, alegam que o Tribunal de Justiça da Paraíba seria incompetente para o caso. Inicialmente, afirmam que os fatos inerentes ao paciente estariam relacionados com os investigados no Superior Tribunal de Justiça. Posteriormente, afirmam que os eventos estariam relacionados com eventos da competência da Justiça Eleitoral, que seria competente, portanto, para toda a investigação.

É o breve relato.

A investigação que resultou na prisão do paciente, cognominada "Calvário", é resultante de investigação iniciada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, que redundou, inclusive, no ajuizamento de ação penal perante a Justiça Estadual do Rio de Janeiro no final do ano de 2018.

As informações obtidas na referida investigação foram compartilhados com o Ministério Público da Paraíba e demonstram, junto com outros elementos probatórios colhidos, a ocorrência de diversos crimes de corrupção passiva e lavagem de ativos atribuíveis a uma organização criminosa, liderada pelo paciente, que se instalou no Governo do Estado da Paraíba.

Por meio da referida investigação, constatou-se um cenário de utilização de Organizações Sociais como forma de garantir a perpetuação de um sistema de poder e de obtenção de vantagens ilícitas, por meio do pagamento de "propina".

A Organização Criminosa atua prioritariamente nos setores da saúde e da educação.

Durante as investigações, verificou-se o envolvimento de agentes políticos, empresários e operadores financeiros. Constataram-se situações criminosas no Estado da Paraíba com o envolvimento do ex-Governador e do atual, de conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, Secretários de Estado e outros.

A atuação da Organização Criminosa no Estado da Paraíba se iniciou com a aproximação entre o então Governador do Estado, Ricardo Coutinho, e o empresário Daniel Gomes da Silva, em virtude de sua atuação na área da saúde e a situação precária que se encontrava o Hospital Estadual de Trauma Senador Humberto Lucena – HETSHL.

A maioria das tratativas se davam por meio da Secretária de Estado Livânia Farias, sendo certo que continuaram ocorrendo na atual gestão do governador João Azevedo.

A Organização Criminosa é composta por um núcleo político, integrado por:

- ex-governador Ricardo Coutinho;
- Secretária de Estado Livânia Maria da Silva Farias;
- Procurador-Geral do Estado Gilberto Carneiro;
- ex-Secretário de Estado Waldson Dias de Souza;
- Secretária de Estado Amanda Rodrigues,
- ex-Secretária de Estado, e atual presidente da PBGÁS, Tatiana Domiciano
- Presidente da PBPREV, Yuri Simpson Lobato;
- Diretor Jurídico da PBGÁS, Tiago Dantas; e

- Ana Carolina Vieira Coutinho, sobrinha do ex-governador Ricardo Coutinho.

A atuação da Organização Criminosa, capitaneada pelo paciente, deu-se por meio da Cruz Vermelha Brasileira – Filial do Estado do Rio Grande do Sul (CV/RS), vinculada a Daniel Gomes da Silva, colaborador no presente caso.

Daniel Gomes da Silva é um empresário carioca que, a partir de 2011, dominou e instrumentalizou a Organização Social **Cruz Vermelha Brasileira - Filial Rio Grande do SUL(CVB/RS)**, utilizando-a para obter o contrato de gestão do Hospital Estadual de Trauma Humberto Lucena (HETSHL) e o Hospital de Traumatologia e Ortopedia da Paraíba(HTOP), ambos situados no estado da Paraíba.

Posteriormente, em 2014, **DANIEL GOMES** fez a captura de outra Organização Social: o **Instituto de Psicologia Clínica Educacional e Profissional (IPCEP)**, situado no Rio de Janeiro. Essa Organização Social, por sua vez, foi contratada pelo Estado da Paraíba para gerir o Hospital Geral de Mamanguape(HGM), no ano de 2014, e o Hospital Metropolitano de Santa Rita¹(HMST), em 2017.

Ao controlar a gestão destes quatro hospitais, por meio dessas duas Organizações Sociais, no período de 2011 a 2018, **DANIEL GOMES** recebeu o repasse de R\$ 1.134.697.125,85 referentes a recursos públicos estaduais provenientes da secretaria de saúde do Estado da Paraíba.

1 O nome oficial da unidade de saúde é Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires (HMDJMP), podendo também ser referenciado nas peças e documentos com esta sigla.

A contratação das referidas Organizações Sociais (OSs) tinha em seu âmago a promoção de desvios de recursos públicos por meio de um modelo que flexibiliza as normas relativas à contratação pública de fornecedores e de pessoal, aliado a mecanismos de controle inaptos a efetiva fiscalização e controle de gastos públicos.

Esta fórmula permitiu que fossem definidos os fornecedores e funcionários que seriam contratados pelas duas Oss com base exclusivamente no pagamento de “propinas”, “comissões” e “participações”, que além de ilícitas geraram um aumento do custo de manutenção do sistema de saúde em detrimento de direito fundamental decisivo para a vida das pessoas.

Diversos foram os meios utilizados por **DANIEL GOMES** para o desvio de contratos da CVB/RS e IPCEP, a exemplo de consultorias não prestadas, inserção de dados falsos para pagamento em excesso de fornecedores, superfaturamento na aquisição de produtos e serviços etc.

A cota da propina era então entregue por essas empresas ao próprio **DANIEL GOMES** e seus funcionários, a exemplo de **MICHELLE LOUZADA CARDOSO** (colaboradora), que amalhava parte do dinheiro desviado, sempre em espécie, e o integralizava ao patrimônio do colaborador ou o dividia entre diversos agentes públicos.

Por óbvio, sem o envolvimento de diversos agentes públicos ligados à cúpula do governo do Estado da Paraíba, o esquema não teria se desenvolvido naquele Estado. Sobre esse assunto, diversos anexos e documentos são apresentados pelo

colaborador. Há persecução penal declinada, pois, a outros juízos, entre os quais está o do Tribunal de Justiça da Paraíba.

A bem da verdade, a vinda de **DANIEL GOMES** à Paraíba efetivamente decorreu, ao que até agora revelado, de um convite feito por um ex-senador. Em 2010, NEY ROBINSON SUASSUNA, perguntou ao colaborador se ele tinha interesse em "fazer negócios" na Paraíba, aduzindo que tinha aproximação com o ex-prefeito de João Pessoa e então candidato a governador **RICARDO VIEIRA COUTINHO**. Mesmo que esse não fosse eleito, o colaborador ainda poderia fazer negócios com a prefeitura municipal de João Pessoa-PB, que ainda estava sob domínio de **RICARDO COUTINHO**. O projeto inicial previa negócios relativos à contratação de ambulâncias. Posteriormente, em 2011, foi dada uma oportunidade para **DANIEL GOMES** apresentar organizações sociais que pudessem ser contratadas pelo governo.

Ao longo das investigações, demonstraram-se, entre outros eventos delitivos, inúmeras situações criminosas com a participação do paciente, entre os quais estão as abaixo destacadas na decisão ora atacada:

“

- (i) Pagamento de R\$ 1.100.00,00 (um milhão e cem mil reais) para a campanha eleitoral de 2018, em troca da manutenção dos contratos em vigor das Organizações Sociais;
- (ii) Pagamento de vantagens indevidas para agentes políticos, disfarçada de doação de campanha eleitoral, com a finalidade de obtenção de contratos futuros junto ao poder executivo estadual, bem assim pagamento de propina mensal para a manutenção do contrato entre a CVB/RS e o

Governo do Estado para a gestão do Hospital de Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena – HETSHL, no valor total aproximado de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

(iii) Pagamento de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) de vantagem indevida para a reeleição de RICARDO COUTINHO em 2014, em troca da contratação da OSS IPCEP para a gestão do HGM - Hospital Geral de Mamanguape/PB;

(iv) Pagamento de propina para a contratação da OSS IPCEP para a gestão do Hospital Metropolitano Dom José Maria Pires e propina de 10% sobre os valores provisionados para a compra de equipamentos;

(v) Compra de participação no laboratório público da paraíba – Lifesa S.A. – sociedade com o ex-governador;

(vi) Preenchimento de cargos nos hospitais geridos pelas OSs e realização de exames por indicação de agentes políticos da base do Governo para a angariar votos nas eleições, como forma disfarçada para complementação da propina para manutenção da base política;

(vii) Participação de Coriolando Coutinho no controle da Lotep, através da empresa Paraíba de Prêmios;

(viii) Execução de obras superfaturadas no Hospital de Emergência e Trauma de Senador Humberto Lucena e HTOP;

(ix) Pagamento de propina para Gilberto Carneiro, Waldson Souza, Estelizabeth Bezerra, Claudia Veras e Marcia Lucena;

- (x) Lavagem de dinheiro e desvios;
- (xi) Prefeita do Município do Conde/PB e ex-secretaria estadual de educação, Marcia Lucena; Contratação de empresas por meio de procedimento de inexigibilidades fraudulentos para fornecimento na área da Educação. (f. 07/08)”

A engrenagem delitiva era liderada, no âmbito político, por **RICARDO COUTINHO**, eleito governador por dois mandatos (Eleições de 2010 e de 2014), que, em 2018, conseguiu fazer o seu sucessor, João Azevedo, que integrara seu governo, buscando manter grande parte a estrutura criminosa na gestão administrativa do Estado.

Ricardo Coutinho era o responsável direto pela tomada de decisão dentro da organização criminosa no que diz respeito aos métodos de arrecadação de propina, sua divisão e aplicação.

A influência e a liderança de Ricardo Coutinho é tamanha que todas as contratações de OS questionadas na investigação foram mantidas na gestão do atual governador do estado da Paraíba. Este, inclusive, manteve praticamente o mesmo grupo de secretários de estado que integrava a gestão do paciente. A maioria dos secretários fazia parte do núcleo central da Organização Criminosa.

Um exemplo claro é Livânia Farias, ex-secretária da administração do Estado da Paraíba, mantida no cargo pelo atual governador até 15 de março de 2019. Livânia só foi afastada pelo atual governador após ser presa em razão de medidas determinadas no curso da Operação Calvário.

No governo do estado da Paraíba, na gestão de Ricardo Coutinho, Livânia Farias foi também Procuradora-Geral e era responsável pela arrecadação de valores ilícitos, combinava e controlava valores de propinas de diversos serviços, bem como estruturou mecanismos de ocultação dos recursos ilícitos obtidos, e era responsável pela escolha de agentes econômicos.

Além da manutenção do secretariado da gestão do paciente, os quais, repito, eram figuras centrais na Organização, o atual governador manteve os contratos com a CVB/RS e o IPCEP na nova gestão, mesmo tendo corrido a deflagração de medidas criminais envolvendo as referidas Organizações Sociais no estado do Rio de Janeiro.

A Cruz Vermelha foi afastada da saúde do estado da Paraíba apenas em maio de 2019, após inúmeras medidas e prisões resultantes da Operação Calvário. Já o IPCEP continua até o momento.

A relação do paciente com o atual governo do estado da Paraíba é clara nas informações e elementos de colaboração relacionados aos Anexo 6 e 8 do colaborador Daniel Gomes da Silva.

Além do envolvimento no repasse mensal de propina ao atual governador, que chegou a R\$ 360.000,00 mensais, conforme áudio 150930_001, são abordados outros eventos que demonstram que o pagamento de propina é endêmico. Algumas gravações ambientais apresentadas pelo colaborador Daniel Gomes da Silva podem ser elencadas: como forma de comprovar as alegações

- **Áudio 170807_004: RICARDO COUTINHO** faz pedido expresso de “adiantamento”(propina) e conversam sobre um repasse mensal;
- **Áudio 170807_004: RICARDO COUTINHO** acerta tratativas sobre o LIFESA, laboratório em que os dois possuem uma sociedade oculta, e, em seguida, Daniel fala que resolverá as questões formais (papéis) com “Cori” (Coriolano Coutinho, irmão de Ricardo), ao que o então governador adverte a Daniel que “não deixe nada registrado”, numa demonstração inequívoca da absoluta ciência ilicitude da sua conduta;
- **Áudio 180604_001:** Há um trecho que revela o empenho dos aliados mais próximos de **RICARDO COUTINHO**, em especial **LIVÂNIA FARIAS**, em promover o atendimento prioritário das demandas do laboratório LIFESA, do qual o próprio ex-governador seria sócio oculto;

É ainda necessário se mencionar que diversos outros esquemas de propina, iniciados na gestão de **RICARDO COUTINHO**, ainda estão sob investigação.

Há, inclusive, um esquema de corrupção montado na secretaria de estado da Educação por meio de procedimentos de inexigibilidade para aquisição de material didático. Leia-se sobre o que envolve a empresa Inteligência Relacional no depoimento do Anexo 08 de **LIVÂNIA FARIAS**:

que não conhece o produto, mas se o produto tiver algo relacionado ao nome “PAZ”, possivelmente foi esse dos R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais); que JARDEL é uma pessoa que chegou lá e que pediu; que começou a conversar; que JARDEL

disse que já foi secretário em Alagoas; que é um conversa manso; que apresentou esse projeto; que tinha conseguido uma agenda; **que o dono era um senhor de São Paulo; que já tinha conseguido essa agenda com governador pra vim apresentar esse produto; que houve a agenda com o governador; que o Governador Ricardo Coutinho não tratou dessa agenda com a mesma; que Ricardo Coutinho teria recebido essa agenda com a Secretária da época, "MÁRCIA LUCENA"(MÁRCIA DE FIGUEIREDO LUCENA LIRA - CPF 410.397.774-49); [...]** que depois Jardele veio num período antes de 2014; que JARDELE disse que sabia da questão da campanha, e que estava disposto a colaborar e a ajudar; que a depoente perguntou a JARDELE se ele iria fazer a colaboração oficial; que JARDELE disse que não, que não ia fazer colaboração oficial; **que iria entregar o percentual, mas que iria conversar isso; [...]** que JARDELE ofereceu quinze por cento do valor que era pago do contrato; [...]**que agenda com o governador foi nessa época, mas não foi com JARDELE; que agenda foi tratado com o primeiro dono da empresa que era lá de São Paulo; que a colaboradora acha que agenda com o governador deve ter sido em 2012; que JARDELE foi e ofereceu esse percentual que era quinze por cento; [...]** que o dinheiro que JARDELE dava houve entrega em São Paulo, e ele trazia pra cá (JOÃO PESSOA); que muitos desses pagamentos ele trazia pra cá (JOÃO PESSOA); que

inclusive JARDEL trouxe um valor pra cá (JOÃO PESSOA), **de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), no ano de 2018, que recebeu no final de 2017 para 2018; que recebeu próximo ao hotel IBIS; que recebeu e foi direto levar lá na granja (GRANJA SANTANA); que entregou o dinheiro ao Governador Ricardo Coutinho; que era o valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais);** que as outras vezes JARDEL marcava com a colaboradora, e a colaboradora encaminhava LAURA (MARIA LAURA CALDAS DE ALMEIDA CARNEIRO, CPF 161.617.424-20); que não recebeu orientação prévia para ir à granja com o dinheiro; que foi à granja porque não poderia ir pra casa com aquela quantia, e, na ocasião, LEANDRO e LAURA estavam viajando; que enviou uma mensagem para RICARDO COUTINHO, relatando que precisava falar com ele urgente, e como era um horário que não tinha agenda na granja **a depoente foi pessoalmente entregar o dinheiro RICARDO COUTINHO; que entregou o dinheiro nas mãos de RICARDO COUTINHO;** que ainda em 2018, LAURA recebeu e lhe repassou o dinheiro, e, colocou o dinheiro dentro do seu carro, e **foi a granja entregar R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a RICARDO COUTINHO;** [...] que não tem noção de quanto foi recebido dos 15% do contrato, pois o contrato subiu de 15% para 20%, e que os últimos contratos subiram para 25%; que em 2013 a porcentagem era 15%, 2014 passou para 20%, e no final de 2017 para 2018 passou para 25%; [...] **que a dívida de**

JARDEL foi de R\$ 5.350.000,00 (cinco milhões, trezentos e cinquenta mil reais); que R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais), foram pagos a RICARDO COUTINHO, e que os R\$ 3.550.000,00 (três milhões e quinhentos e cinquenta mil reais), foram recebidos após a campanha; que o período aconteceu nos meses de outubro, novembro e dezembro; [...]

A investigação aponta que a estruturação generalizada de esquemas de corrupção, montados pela ORCRIM durante a gestão de **RICARDO COUTINHO** no período de 2011 a 2018, encontrou amparo na gestão do atual governador **JOÃO AZEVEDO**.

Outrossim, o domínio do paciente sobre o andamento da organização criminosa até o momento é evidenciado por outros integrantes da organização, como é o caso de LIVÂNIA FARIAS, colaboradora, secretária de estado nas duas gestões, em seu Anexo 31, que relata:

que houve a decisão de que **JOÃO AZEVEDO** seria o candidato a governador em 2018; que **JOÃO AZEVEDO** se afastou do cargo no mês de abril para ser candidato; **que após o afastamento de JOÃO AZEVEDO, foi chamada por RICARDO COUTINHO para que providenciasse um valor a ser repassado para JOÃO AZEVEDO;** que uma vez que **JOÃO AZEVEDO** havia deixado o cargo de secretário, precisava de dinheiro para se sustentar durante a campanha; que questionou **RICARDO COUTINHO**

sobre quanto seria o valor; **que perguntou se R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) estava bom; que RICARDO COUTINHO disse que estava bom; que alertou RICARDO COUTINHO que esse dinheiro só poderia vir da Cruz Vermelha,** pois era o único dinheiro que eles recebiam de forma mensal; que perguntou para RICARDO COUTINHO a quem deveria entregar esse dinheiro; que RICARDO COUTINHO lhe disse para falar com JOÃO AZEVEDO; que após uns dias encontrou com JOÃO AZEVEDO e lhe disse que o problema dele já havia sido resolvido; **que informou para JOÃO AZEVEDO que o valor havia sido ajustado em R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais); que perguntou a JOÃO AZEVEDO para quem deveria entregar o dinheiro; que JOÃO AZEVEDO lhe disse para falar com DEUSDETE QUEIROGA;** que DEUSDETE QUEIROGA foi quem substituiu JOÃO AZEVEDO na secretaria de recursos hídricos; [...] que os pagamentos para JOÃO AZEVEDO ocorreram nos meses de abril, maio, junho e julho; que foram cerca de quatro meses recebendo R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais); [...] que a convenção ocorreu em 05 de agosto de 2018; que o financiamento da campanha foi discutido em uma reunião após a convenção; que logo após JOÃO AZEVEDO deixar o cargo de secretário, se reuniu com ele em uma sala no Edifício Central Park; que JOÃO AZEVEDO atender em uma sala do Central Park [...] que JOÃO AZEVEDO lhe perguntou se havia algum rabo preso com alguém ou com alguma O.S; que respondeu que não havia rabo preso e que a Cruz Vermelha dava muito dinheiro para a campanha; que o

genro de JOÃO AZEVEDO, ADILSON, trabalhava no hospital de trauma; que após a convenção, se reuniu novamente com JOÃO AZEVEDO para decidir como seria angariado e gerido o dinheiro da campanha; [...] que falou para JOÃO AZEVEDO da alternativa dos cheques, uma vez que algumas empresas estavam esperando receber do estado, e se os pagamentos em valores altos fossem feitos antes das eleições iria dar muito na cara, e ela quem iria se prejudicar; **que a alternativa consistia em pagar os cheques após as eleições;** que o único pagamento que foi feito, foi suspenso pelo Tribunal de Contas, porque o dinheiro deveria ser utilizado pelos deputados (tratado em outro tópico); que logo após as eleições foram pagando os cheques; que toda semana ela trocava esses cheques; **que falou para JOÃO AZEVEDO que essas empresas eram da educação; que nesse momento não chegou a mencionar a Cruz Vermelha, pois isso ocorreu em outra reunião; que esses fatos ocorreram no início de setembro;** que não chegou a procurar DANIEL para pedir dinheiro; que DANIEL mandou R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) como um "presente", e que isso foi recebido com surpresa; [...] que foram "tocando" a campanha com esses aportes de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); que entregou o total de seis cheques; que no mês de agosto, deram um cheque de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) por conta do próprio grupo político; que esse dinheiro tinha origem em propina; [...] que já havia recebido os R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) da Cruz Vermelha, os R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais) de DANIEL, R\$

150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) da SALEAR, e mais R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) que chegaram em um voo fretado, oriundo de São Paulo, dado pela GERIR; que já falou em um tópico específico sobre essa doação da GERIR; que ainda havia 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil reais) esperados da GRAFSET; que esperavam receber da editora MODERNA algo em torno de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais); que também esperavam R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) da LIGA PELA PAZ; que não faziam estimativas de quanto custaria a campanha, mas que, pelos cheques, tinham uma ideia de R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais); que havia informado a JOÃO AZEVEDO que pagaria as empresas com seus cheques pessoais, e ele concordou; que lembra como se fosse hoje, pois JOÃO AZEVEDO estava acompanhado de RONALDO GUERRA, no Canal 40, e ela chorou muito, preocupada com o que poderia acontecer com a eleição; que estava preocupada com o que iria ser feito com esses cheques caso o grupo perdesse as eleições; que JOÃO AZEVEDO disse para ela ficar tranquila, pois as coisas estavam caminhando bem nas pesquisas internas; que na reunião de transição, JOÃO AZEVEDO queria saber como funcionava a questão das O.S. na saúde; que a resposta foi dada com base em fatos administrativos; que JOÃO AZEVEDO questionou se o governo deveria seguir trabalhando com as O.S. pois havia outros hospitais para serem incluídos, e ainda existia o contrato do Hospital Metropolitano para ser resolvido; que também tinha o hospital de oncologia e o regional, ambos em Patos/PB; que JOÃO AZEVEDO queria que

se fizesse um estudo em cima de outros hospitais, como o de Cajazeiras/PB e o de Sousa/PB, para saber como se faria tendo em vista o processo dos "codificados"; que os "codificados" são os servidores, efetivos ou não, da secretaria de saúde, que exercem as funções de auxiliar de serviços ou até mesmo a de médico, e recebem uma produtividade; que isso vem desde os anos 80; que existe uma folha à parte para o pagamento dessa produtividade; que essa outra folha não entra dentro do limite da Lei de Responsabilidade Fiscal; que os codificados, via de regra, atuavam em hospitais que não eram geridos por O.S.; que a equipe de transição lançou a proposta de que uma O.S. tomasse conta apenas dos recursos humanos e deixassem o hospital sendo gerido pelo estado, ou se fazia no geral; que após JOÃO AZEVEDO ter tomado posse, depois que houve a intervenção no Hospital de Trauma, ele perguntou aos secretários se deveria continuar com a gestão das O.S.; que após a posse de JOÃO AZEVEDO, chegou a cobrar dele o pagamento dos cheques que havia emitido; que, por diversas vezes, pediu a RICARDO COUTINHO que autorizasse o pagamento do pessoal da educação; que não recebeu de volta nenhum dos cheques que emitiu; que tem conhecimento de que até 2018, foram pagos três desses cheques; que em 2019 passou a cobrar JOÃO AZEVEDO sobre os cheques; que mais um dos cheques foi pago em 2019, restando dois cheques em aberto; que após a prisão de DANIEL, em 14 de dezembro de 2018, já sabia de tudo o que iria acontecer em sequência; [...] que assim que foi eleito, JOÃO AZEVEDO a chamou no Canal 40 para que ela

continuasse na secretaria de administração; que falou para JOÃO AZEVEDO que não iria mais ficar resolvendo assuntos sobre propinas; que após muita insistência de JOÃO AZEVEDO, fecharam o acordo para que ela permanecesse por um ano; que durante o período de transição e quando JOÃO AZEVEDO recebeu o relatório da intervenção, questionou sobre a continuidade das O.S.; que também estavam presentes WALDSON, a secretária de saúde, GILBERTO CARNEIRO, o Procurador, GILMAR MARTINS, o Controlador...; que JOÃO AZEVEDO queria que fosse tomada uma decisão conjunta, de governo; que já estava em andamento, e para ser assinado no dia 13 de março o TAC com o Ministério Público; que em razão da assinatura desse TAC, JOÃO AZEVEDO disse que estava mais tranquilo; **que na primeira reunião da transição, no início de outubro, informou JOÃO AZEVEDO que os R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) que ele recebia mensalmente, eram dados pela Cruz Vermelha;** [...] que alertou JOÃO AZEVEDO para ele não “apertar muito o pé no acelerador” porque tudo isso foi na campanha dele; que em janeiro de 2019, JOÃO AZEVEDO tinha plena consciência de tudo isso; que enquanto esteve em Lisboa, o genro de JOÃO AZEVEDO encaminhou várias mensagens para DANIEL; que DANIEL chegou a lhe perguntar se poderia falar com o genro de JOÃO AZEVEDO; que o genro de JOÃO AZEVEDO tinha contato com DANIEL; que a decisão sobre a gestão do Hospital Metropolitano se deu ainda no governo de RICARDO COUTINHO, e que JOÃO AZEVEDO não tinha ciência

desse processo; que antes de ser eleito, JOÃO AZEVEDO mandou listas de nomes de indicações políticas para o Hospital Metropolitano; que também houve uma lista dos deputados.

No mesmo sentido, o relato de **IVAN BURITY DE ALMEIDA**, que, em sua colaboração (Anexo 6), **afirma categoricamente**: *"Ricardo é o chefe da ORCRIM formada no estado para desviar verbas de diversos setores a fim de fomentar suas campanhas políticas e de aliados."*

Os fatos imputados ao paciente não se baseiam exclusivamente em relatos de colaboradores, mas em inúmeros elementos probatórios colhidos durante a investigação, bem como em diversas provas apresentadas pelos colaboradores. Vale destacar a existência de diversos áudios gravados de conversas entre o colaborador Daniel Gomes da Silva e o paciente, que evidenciam um contexto delitivo de flagrante e indubitável vinculação ao paciente.

[...]

RICARDO: Uma bomba, é um...

DANIEL: É, acho que o próximo, JOÃO no futuro nos quatro anos seguintes é... é... ti... passar o restante que tem pra, pra OS, num, num tem...

RICARDO: É.

DANIEL: A educação foi uma boa sacada.

RICARDO: É.

DANIEL: E eu acho que na saúde não tem muito jeito também não. E tentar racionalizar a rede.

RICARDO: É que na verdade eu faço o seguinte, eu não deixo, porque tudo que você

faz naturalmente você vai ter uma reação né (ininteligível)...?

DANIEL: Claro.

RICARDO: Então eu não deixo os caras respirar. Porque quando tá eu já boto outra aqui, eu vou botando, vou botando, vou botando e aí o cara esquece aquela que tava pra poder se contrapor a que tá na frente (ininteligível)...

DANIEL: (ininteligível)...

RICARDO: ...e vai passando as coisas.

DANIEL: Não respira né, o cara não respira.

RICARDO: É.

DANIEL: É verdade.

RICARDO: No caso da, da educação foi isso, eu botei a OS aí agora eu já tô com ensino integral.

DANIEL: Já botou que... não só ensino integral mas os professores agora com concurso gigante, né?

RICARDO: Aí então eu tô, enquanto os caba tão aqui, tava aqui agora já passaram pra cá e já passou a OS não tem mais, mais discussão.

DANIEL: Mas foi muito inteligente, lançar o concursos dos professores em seguida.

RICARDO: É aí (ininteligível)... (ANEXO 11 da colaboração de DANIEL GOMES)

Nesse diálogo, Ricardo Coutinho deixa clara sua liderança sobre a organização criminosa.

Os diálogos abaixo reforçam ainda mais a atuação delitiva do paciente, não pairando dúvida sobre sua participação na Organização Criminosa. Segue o trecho relevante (Arquivo "Ricardo Coutinho.mp3", áudio 150930_001, no anexo 09 do Colaborador):

01h11min27s

(...)

RICARDO: Me diz uma coisa, aquela contribuição tá sendo repassado?

DANIEL: Eu tô... se não falha a memória, com 800 em aberto com LIVÂNIA...

RICARDO: Tá em aberto?

DANIEL: em aberto, 800, mas ela sabe direitinho... tô com a planilha... eu tô repassando pingado... eu só pedi pra ela segurar um pouquinho...

RICARDO: Tá repassando... ah é... em qual o mês, o último?

DANIEL: O último foi R\$ 120.000,00 em agosto, no início de agosto, eu tenho planilha de tudo isso, se o senhor quiser, viu? ...eu... eu tenho salvo na minha pendrive... eu tenho salvo também...

RICARDO: Teve nenhuma despesa nossa, né? ...não precisa tá... nunca teve acesso...

DANIEL: Não, é... o nosso total é 360 por mês...

RICARDO: É...

DANIEL: ... e eu só tô em aberto com 800... na realidade... porque a gente... na realidade governador... teve uma parte... não sei se o

senhor lembra, né? ...que a gente antecipou da... da campanha...

RICARDO: É!

DANIEL: ...que acabou em maio desse ano... então o que teria... de junho, julho, agosto... o campo... o mês competência, né? ...junho que é pago em julho, julho que é pago em agosto... aí eu... mesmo... mesmo não... ainda tando na competência... aí fui mandando algumas coisinhas, que já tava em João Pessoa, pra não ter que levar isso pra outro local, eu já fiquei adiantando pra ela... o último que teve foi 120... eu posso depois lhe mandar...

(38m50s)

RICARDO: Certo, e esse adiantamento você vai me fazer...

DANIEL: O adiantamento eu faço pro senhor logo. Aí de repente o se..., a gente dando tudo certo aqui Governador, a gente também não teve (ininteligível)... se o senhor tiver precisando, mas a gente dá um jeito de antecipar, mas a princípio, eu... minha programação era pra Novembro. Pra fazer o adiantamento. Já tá lá na minha conta isso já. Agora aqui governador, eu, é custo, eu não estimei nada de,,, de retorno, não sei se o ... como é que o senhor quer fazer aqui, que

Mamanguape que a gente até hoje não tem nada né?

RICARDO: É.

DANIEL: No Trauma nosso valor é 380 atualmente, que a gente repassa por mês. Não sei se o senhor queria que fizesse uma regra de três a incluir isso aqui. Que não chegou nem a incluir 100%, porque parte até, eu já tinha até um resíduo aqui de uns 50 e poucos mil que tá sobrando desse valor aqui, eu só arredondei porque sabia que esse número aqui eu já... é um número que eu(interrompido)

RICARDO: É, chegar a...

DANIEL: Acho que pelo menos uns 200 ou 300...

RICARDO: É...

DANIEL:...acho que caberia.

RICARDO: (ininteligível)

DANIEL: Se o senhor me autorizar eu refaço isso daqui e ANA CLÁUDIA lhe apresentar o número...

RICARDO: Certo, faça isso.

DANIEL: Tá?

RICARDO: Faça isso

DANIEL: Botar, botar pelo menos 200, que aí acho que, acho que dá. Se eu conseguir colocar um pouquinho mais eu lhe aviso.

RICARDO: Tá.

DANIEL: Isso vai ficar em oito e duzentos, oito duzentos e cinquenta, tá?

Aí o custo de nota fiscal eu seguro, não tem problema... tá?

A autenticidade das informações constantes nos mencionados áudios é confirmada pelos depoimentos de Livânia Farias e Leandro Azevedo nos anexos 4 e 2, respectivamente.

Outrossim, segue abaixo, a título exemplificativo e de reforço argumentativo, outro áudio com a participação clara do paciente na cobrança e negociação de propina, dessa vez relacionada ao contrato emergencial do IPCEP relativo ao Hospital Metropolitano de Santa Rita e ao Hospital Geral de Mamanguape.

(Arquivo "Conversa Ricardo 2017.mp3" – Anexo 09 - 05/04/2017)

01h03min10s

(...)

RICARDO COUTINHO: Eu vou abrir isso com dinheiro... pra tocar o bicho até o dia que o governo acabe...

DANIEL: Entendi!

RICARDO COUTINHO: ... ou...

DANIEL: Já deixar orçamentado pra não ter riscos...

RICARDO COUTINHO: Não tem... deixar financeiramente, né nem orçamento...

DANIEL: Entendi...

RICARDO COUTINHO: Financeiro...

DANIEL: Entendi...

RICARDO COUTINHO: ... porquê... aí eu não posso titubear não... aí eu tenho que ter...

DANIEL: Não pode dar mole nisso...

RICARDO COUTINHO: Porque isso vai ser uma demanda enorme... vai ser um negócio... agora eu também preciso... que... sem passar por ninguém... nem por um banana de ninguém que... esse arranjo de... de todo esse complexo de imagem...

DANIEL: Hum...

RICARDO COUTINHO: ...efetivamente se... eu tenho que... que... vê a história de 2018...

DANIEL: Tá bom!

RICARDO COUTINHO: ... porque... é...

DANIEL: Já deixe... já deixe alinhado isso pra já tá garantido pra frente...

RICARDO COUTINHO: É... é... eu quero mesmo é que...

DANIEL: Tá bom... aí é mais... a gente precisa sentar com o senhor efetivo... mas o quê que eu preciso efetivamente nesse momento... eu pedi pra LIVÂNIA ontem... "LIVÂNIA pra eu estudar e mandar" o estudo... isso tem que ser restrito...

RICARDO COUTINHO: Não... sem dúvida...

DANIEL: Eu preciso pelo menos do perfil... qual é o perfil? E o que vocês estão imaginando?

RICARDO COUTINHO: Do hospital?

DANIEL: Isso... o perfil exato, ou seja, das alas por alas que é pra poder fazer o dimensionamento exato...

[...]

(Arquivo "Reuniao Ricardo importante metropolitano.MP3" - Anexo 09 - 07/08/2017)

(26m40s)

RICARDO: Que aqui olhe, veja bem, nessa conta aqui...

DANIEL: Hum.

RICARDO:... até janeiro, ou seja, uma, uma cacetada só...

DANIEL: Hã

RICARDO:...eu teria que ter vin... vinte e quatro milhões.

DANIEL: É, no, nesse, nesse cenário é, no outro é 21.

RICARDO: Quer dizer.. é ...

DANIEL: Mas aí o senhor tem que me dizer, olha DANIEL eu não preci..., não tenho como... aquele... aquele negócio: quanto mais recursos eu tiver mais barato eu compro os aparelhos. Quanto mais eu conseguir dar de entrada... pagar a vista... eu consigo o melhor preço, melhora o resultado. Aí é uma conta muito... isso é planilha aberta mesmo, como o senhor já sabe que a gente trabalha. Aí depende muito se você falar não DANIEL não tenho condições, eu só tenho até, sei lá, final do ano eu vou ter 15 milhões, eu vou me adequar com os 15 milhões que o senhor tiver. Vou atender, a gente vai inaugurar em

janeiro, conforme o senhor tinha falado, enfim... eu só perco um pouco de poder de negociação.

RICARDO: E essa... Pra mim, quanto mais se esticar, fazer, aí eu tenho capacidade...

DANIEL: Ah tá.

RICARDO: ... de responder.

DANIEL: Então, mas ... basicamente é o feedback seu pra mim disso. É até possível, eu consigo fazer de um jeito ou de outro. Eu só não consigo financiar são os itens pequenos mas os itens pequenos GOVERNADOR, se eu tiver 3 milhões de reais eu compro todos os pequenos, o resto tudo eu consigo parcelar. Agora quanto mais eu pagar a vista eu consigo melhor preço, essa é a única vantagem. Eu consigo melhorar a composição de custo. Tá? E aí o que é que muda, por exemplo, então por exemplo nesse cenário aqui, os dois cenários tá? então essa aqui seria conta pra gente tá certo? **Consigo é, até aberto aqui pro senhor ter ideia de custo, de frete, de imposto de importação, que eu consigo depois reverter, então eu consigo trabalhar seguramente com 10%. Esse número é bem seguro tá?** Acho que eu consigo mais do que isso? Acho ainda que a possibilidade é que eu consiga ainda mais do que isso. Mas eu só vou ter certeza disso quando eu soltar os processos de compra. Mas esse número aqui, seguro. Então era o número que o

senhor tinha me pedido isso. Então, esse número eu consigo...

RICARDO: Mas isso no início ou no fim?

DANIEL: Enfim, na realidade eu posso fazer quando o senhor fizer a primeira entrada aqui eu já consigo viabilizar parte, posso adiantar... pra gente num, num tem problema. Desde que o senhor me garanta que eu vou ter esse fluxo pra frente.

RICARDO: Ah não...eu, eu...

DANIEL: Eu sei...

RICARDO: Olhe...

DANIEL: Com a gente eu sei que eu não tem esse problema.

RICARDO: Não tem essa história. Eu...olhe, pra você ter ideia eu vou ter em conta o custeio do hospital pro ano todo. E ninguém vai mexer nessa porra.

DANIEL: É o senhor tinha falado isso. Isso é... uma segurança....

RICARDO: Porque se eu não tiver eu posso me quebrar...

DANIEL: É.

RICARDO: ... por qualquer maluquice aí pô. Entendeu? Então...

DANIEL: E por uma conta final boba, enfim.

RICARDO: Eu posso deixar a ala que for num sei aonde, mas esse não. Esse vai ter que...

DANIEL: Tem que funcionar.

RICARDO: É. Quer dizer...

DANIEL: (ininteligível)

RICARDO: Então, a minha, toda a minha construção é essa, é por isso que eu não posso disponibilizar um valor grande...

DANIEL: Tão alto no início.

RICARDO: ... porque eu tenho que ter pra poder dizer olha, aqui tá tranquilo, eu vou...

DANIEL: Entendi.

RICARDO:... mês a mês...

DANIEL: Entendi

RICARDO:... vou pagando.

DANIEL: Tá bom. Aí é uma decisão muito mais sua. Se o senhor conseguir falar comigo, DANIEL olha só eu consigo ter sei lá, 10, 15 milhões, 10 é pouco, mas pelo menos uns 15... Se o senhor me garantir 15 em dois mil e... dezessete eu consigo inaugurar ele em janeiro. Aí depois o senhor me diz o que o senhor precisa para esticar ele: "olha junho é pouco, eu quero que você me esti... divida em parcelas iguais até outubro", por exemplo.

RICARDO: A minha lógica tinha sido... a minha esperança tinha sido construir algo que eu tivesse 10 esse ano...

DANIEL: Hum.

RICARDO: ...né? E que estendesse pro restante do ano, são mais 12 meses.

DANIEL: Então, na realidade o que o senhor tá falando é o seguinte: Faria-se 10 milhões de agora, ou 31 ou 34, eu não sei...

RICARDO: É.

DANIEL:... ou 33 tá, é que na realidade eu tô, esse número eu só vou ter ele certo depois.

Digamos que fosse 33, teria 23 que daria por 10 meses do ano que vem. Pra gente não deixar pra novembro e dezembro que é sempre difícil, novembro e dezembro né?

RICARDO: Não, ao contrário , é o melhor mês, porque é o que entra mais, (ininteligível) mas no nosso caso não porque, por exemplo, décimo terceiro, prêmio, tudo eu guardo antes...

DANIEL: E o senhor vai pagando também antes...

RICARDO: Meio...

DANIEL: ... que você paga meio do ano já tá pagando décimo terceiro

RICARDO:... meio do ano é, eu não tenho problema com essa história. O meu décimo terceiro já tá certo porque eu já fiz.

DANIEL: Entendi.

RICARDO: Então, eu num (...)

DANIEL: Então diluiria esse restante por 12 vezes?

RICARDO: Por 12 vezes.

DANIEL: Tá bom, a princípio...

RICARDO: Coloque 11 vezes pra gerar tranquilidade...

DANIEL: Pra gerar tranquilidade.

RICARDO: Por que dezembro ...

DANIEL: Pra não deixar o último mês.

RICARDO: É, né? Aí o "caba" sai dia 31 aí...

(31m20s)

DANIEL: Então a gente faria o seguinte, dua... é 11 parcelas de 2 milhões, vai dá 22 e a gente faz 11 agora. 11 ou 12, vai só depender desse número aqui, 34 ou 31.

RICARDO: Aí você adianta.

DANIEL: Eu adianto. Faço até dezembro. Aí depois o senhor me diz como que eu faço.

RICARDO: Tá.

DANIEL: Faço lá pra LIVÂNIA, ou seu eu faço lá pro seu irmão, aí o senhor define como é que faz tá? Eu só não fechei o número entre... a CLÁUDIA tá com esse nu... com esse número mesmo viu **GOVERNADOR**, 31,5 A 34, ou seja, no processo licitatório a minha intenção é cotar os 34 por, pra gente... eu acho que eu consigo trabalhar com menos tá?

RICARDO: É mesmo? Que tá a maior loucura desse povo que fabrica que não tão vendendo pra canto nenhum.

DANIEL: Na realidade o momento tá ótimo pra comprar.

RICARDO: Hein?

DANIEL: O momento tá ótimo pra comprar.

RICARDO: É, exatamente.

DANIEL: Eu consegui, eu consegui condições boas...eu acho que...

RICARDO: (ininteligível)

DANIEL: ... eu acho que inclusive eu consigo aumen...

RICARDO: Mas me diga uma coisa, qual é...

DANIEL:...eu acho que eu consegui aumentar isso aqui também, tô, tô sendo...

RICARDO: Qual é a OS?

DANIEL: Então, a gente traria, tá... toda que tá modelagem feita, é a que tem SETAS, que é a do IPCEP, que é a mesma (interrompido)

RICARDO: A o que?.

DANIEL: IPCEP, que é com quem a gente faz Mamanguape hoje. Ela só tem Mamanguape. Eu já tô reforçando a estrutura dela, colocando mais gente e... como a gente fez na CV né? Estruturamos tudo direitinho...

RICARDO: Olha, não há... nada?.. nada ... Não há?

DANIEL: Nada.

RICARDO: Nada, nada, nada..?

DANIEL:... nada. O IPCEP, ele tem sessenta anos. Então... o instituto não tem um título protestado. Tá com a gente aqui já há 3 anos.

RICARDO: Eu tô falando também na Cruz... em tudo... não há nada..?

DANIEL: Cruz o que a gente... não de, de problema não tem nenhum. O que a gente tá fazendo agora na...

RICARDO: Porque esses cara aí tão... tudo doido

DANIEL: (ininteligível)

RICARDO: ...doido.

(38m50s)

RICARDO: Certo, e esse adiantamento você vai me fazer...

DANIEL: O adiantamento eu faço pro senhor logo. Aí de repente o se..., a gente dando tudo certo aqui Governador, a gente também não tem muito problema... se o senhor tiver precisando, mas a gente dá um jeito de antecipar, mas a princípio, eu... minha programação era pra Novembro. Pra fazer o adiantamento. Já tá lá na minha conta isso já. Agora aqui governador, eu, é custo, eu não estimei nada de,,, de retorno, não sei se o ... como é que o senhor quer fazer aqui, que Mamanguape que a gente até hoje não tem nada né?

RICARDO: É.

DANIEL: No Trauma nosso valor é 380 atualmente, que a gente repassa por mês. Não sei se o senhor queria que fizesse uma regra de três a incluir isso aqui. Que não chegou nem a incluir 100%, porque parte até, eu já tinha até um resíduo aqui de uns 50 e poucos mil que tá sobrando desse valor aqui, eu só arredondei porque sabia que esse número aqui eu já... é um número que eu(interrompido)

RICARDO: É, chegar a...

DANIEL: Acho que pelo menos uns 200 ou 300...

RICARDO: É...

DANIEL:...acho que caberia.

RICARDO: acho melhor...

DANIEL: Se o senhor me autorizar eu refaço isso daqui pra CLÁUDIA lhe apresentar o número...

RICARDO: Certo, faça isso.

DANIEL: Tá?

RICARDO: Faça isso

DANIEL: Botar, botar pelo menos 200, que aí acho que, acho que dá. Se eu conseguir colocar um pouquinho mais eu lhe aviso.

RICARDO: Tá.

DANIEL: O número vai ficar em oito e duzentos, oito duzentos e cinquenta, tá? Aí o custo de nota fiscal eu seguro, não tem problema... tá? (grifos nossos)

(Arquivo: "171127_003.mp3." - Anexo 11. Data: 27.11.2017)

(45m55s)

DANIEL: Tá bom! Última coisa que eu fiquei de ver com o senhor hoje foi o negócio do repasse do investimento e do destino. O do repasse de 10% do valor. O senhor ficou de me dizer se eu passo pra LIVÂNIA ou se faço com alguém.

RICARDO COUTINHO: Como é que... quando é que seria isso?

DANIEL: Então GOVERNADOR, hoje eu tô com 1.5 disponível, tá? Tá no Rio. Eu vou dar um jeito de trazer pra cá como o senhor me pediu, tá? O outro 1.5 eu acho que... enfim...

no início de janeiro. (Você) me pediu que era até dezembro, (mas) como atrasou o contrato eu tô adiantando de outras fontes aqui. Não vai ser do investimento, que ainda vai demorar muito.

RICARDO COUTINHO: LIVÂNIA tá sabendo?

DANIEL: Não!

RICARDO COUTINHO: Então você poderia ver com CORI.

DANIEL: Vejo com CORI, direto? Eu vou dar um jeito de me encontrar com ele amanhã então, tá? Fechado? Eu já tive com ele hoje, eu ligo pra ele agora e faço.. Qualquer coisa eu já combino com ele, tá?

DANIEL: O mensal depois do contrato... o senhor me define se esse também mensal segue com ele... por outro caminho... ou se vai por LIVÂNIA. Depois o senhor pensa.

RICARDO COUTINHO: Segue com ele!

RICARDO COUTINHO: E ele(CORIOLOANO) vai conversar com você acerca dos serviços né... dos serviços... do...

DANIEL: Os serviços que o senhor tiver, tá à disposição!

RICARDO COUTINHO: Dos serviços!

DANIEL: Alguma coisa que tiver pros serviços... é o que... o pessoal sentar caso a caso, ver quem é parceiro quem não é parceiro, pra gente poder negociar pra poder funcionar.

RICARDO COUTINHO: Não e... evidentemente.. quando.. o valor...

DANIEL: os preços adequados...

RICARDO COUTINHO: É, adequados...

DANIEL: Pra não ter problema nenhum, pra não ter problema nenhum Tá bom?

A atuação do paciente não se restringiu às situações da CVB/RS e do IPCEP, tendo se estendido a outros setores, como é o caso da LIFESA. Inúmeros áudios gravados por DANIEL GOMES demonstram discussões de questões ligadas à empresa com **RICARDO COUTINHO**. Seguem alguns trechos reputados relevantes:

(Arquivo "RICARDO COUTINHO.mp3" - Anexo 09 – 30.09.2015)

(09m29s)

[...]

DANIEL: Não sei como é que o senhor tá de horário... eu fiz... eu trouxe algumas coisas aqui... mas o principal que eu queria ver com o senhor é o negócio do laboratório... e trouxe aqui umas coisas do trauma... depois se a gente puder falar alguma coisa...

RICARDO: Certo... certo!

[...]

(15m10s)

DANIEL: Eu tô com a maquete pronta... uma maquete tamanho dessa... da televisão até aqui, pro senhor fazer uma analogia da inauguração, divulgação, distribuição... as caixas dos saneantes... tudo conforme a gente combinou, ou seja, vai começar com a produção e... e distribuição de saneante, logo

depois alto custo e medicamentos de alto custo... tá tendo até um bloqueio judicial na conta dela... vai resolver até o problema do bloqueio da conta dela. Vai evitar esse tipo de coisa, mas num...

RICARDO: Não esse daqui não é... não é mais complicado não, isso a gente... isso a gente tem que fazer...

DANIEL: É ...

RICARDO: Com relação à indicação de nome, cadê a... a... a documentação, pra gente já?

DANIEL: Do conselho de administração? ... o presidente do LIFESA já...

RICARDO: Não, do... do conselho de administração não... pra... pra constar naquilo que ficou acertado...

15min59seg

DANIEL: Ah tá, aqui o do CORI... a gente não tá conseguindo ter contato com o CORI... o CORI falou que precisava de um tempo... parece que deu essa resposta pro MAURICIO, tem uns dois meses mais ou menos, precisava de um tempo. A nossa parte tá pronta, eu queria... SA tá prontinha, só falta botar o nome de alguém.

RICARDO: Mais tá com quem isso?

DANIEL: Tá com o MAURICIO, que é o nosso... que é presidente da TROY, proprietário... tá prontinho... só que o TROY... o... **o CORI falou que precisava de um**

tempo, enfim, não sei se teve algum problema, enfim, "não, me dá um tempinho que eu não tenho tempo agora pra isso". Enfim, "me dá alguns meses"... tá parado com isso.

RICARDO: Hum... hum...

DANIEL: A nossa parte tá toda pronta... tudo que nós combinamos da sociedade... tudo certo.

RICARDO: Certo!

(Arquivo "Conversa Ricardo 2017.mp3" – Anexo 09 – 05.04.2017)

(12min05s)

DANIEL: ... então pronto... só pra lhe comunicar isso pra o senhor saber... o que é que nós temos aqui?!!!... só pra o senhor ter uma ideia... aquilo que eu lhe prometi... (som de folhas de papel sendo manuseadas)... então, essa aqui eu vou deixar com o senhor... uma apresentação... o quê que tá em andamento hoje para o senhor ter uma ideia... que a... a... na reunião que teve com os PORTUGUESES o GILBERTO me comentou que o senhor tava, pouco sem informações...

RICARDO COUTINHO: É!

DANIEL: ... então eu falei bom!... então vamos chegar... a gente tá mantendo informado seu IRMÃO... o MAURÍCIO tem informado a ele a cada dois, três meses...

RICARDO COUTINHO: Eu acabei de falar com ele... pô... cadê a história?

DANIEL: pois é! Eu posso até me encontrar com ele... se o senhor quiser também... dá uma... passar pra ele...

RICARDO COUTINHO: Também... porquê...

DANIEL: Ele até hoje não indicou o nome...

RICARDO COUTINHO: É só indicar um nome? e aí...

DANIEL: Só isso... a empresa a gente comprou... tá pronta... desde aquela época... a gente fazendo declaração de contabilidade... tudo direitinho...

RICARDO COUTINHO: (ininteligível) é... (13min00s)

DANIEL: Tá andando... é bom deixar isso pronto! Enfim! ... (ininteligível)... não tem problema nenhum... mas eu acho que é bom deixar... **porque fica comentado... participação de VOCÊS... só para o senhor ter uma ideia...** contrato de distribuição da SES... tá andando... (som de folhas de papel sendo manuseadas)... então... ou seja... a gente finalmente começou andar... **olha a primeira venda que foi feita... CANABIDIOL... quinze mil reais, cento e sessenta, do tratamento inteiro, que a SES pagou na última vez...** nós vendemos por 11.000 reais... olha a economia que a SES teve...

RICARDO COUTINHO: Vocês estão produzindo isso?

DANIEL: Não!

RICARDO COUTINHO: Manipulando...

DANIL: Alguns desses é item importado... e esse que vou lhe contar agora... isso aqui é sensacional e é o nosso grande gol de placa... é... vou lhe... vou lhe falar em seguida... mas só pro senhor ter uma ideia... isso aqui é um exemplo... economia de 4.000 reais... 26% cento de economia pro estado... aí olha que mais legal ainda... vendemos por 11... olha por quanto compramos... por 7... então gerou uma economia ainda de resultado... é... ..bruto... pro LIFESA de 3.900 reais... 35% por cento de resultado... desses o estado fica com 2.000... o sócio privado fica com 1.900... então somando os 2.000... (ininteligível)... mais a economia que o senhor teve aqui de 4.000 e poucos reais... o estado tem um ganho de 6.000 reais numa compra de 15.000 reais... os números são fantásticos... agora a gente tem números comprovados... já não é mais aquela pesquisa que a gente tinha feito... CANABIDIOL... economia, 43% de economia...

RICARDO COUTINHO: Saneantes...

DANIEL: São saneantes... ô, desculpa! é, saneantes... economia de 43% da listagem... então todos eles aqui... a gente listou... isso já venda... já feita... já faturada... então os números...

(Arquivo "171127_003.mp3" - Anexo 11 – 27.11.2017)

(28m55s)

DANIEL: tudo bem?

RICARDO COUTINHO: Tudo, tudo em paz!

DANIEL: Eu tive com... com CORI agora cedo...

RICARDO COUTINHO: Cedo?

DANIEL: É! já marquei com ele semana que vem na... acho que na próxima semana eu volto aqui, vou trazer pra ele já um livro lá de documento das pessoas que tá pronto. Tá tudo pronto já.

RICARDO COUTINHO: Tranquilo isso aí

DANIEL: Essa reunião é rápida, assim a princípio, é só pra eu lhe dar ciência daquelas coisas lá que... agora... é pra lhe dar um *feedback*... andou! O laboratório deu uma andada boa.

RICARDO COUTINHO: O laboratório, eu peguei, o LIFESA...

DANIEL: O LIFESA... O senhor pegou pesado lá, deu...teve sexta-feira uma reunião, praticamente alinharam pra assinar o contrato na outra semana. O que eu fiquei de lhe trazer do laboratório, a lista de cinquenta produtos de custo caro, que esses são os valores que já estão praticados, já tão tabelados lá, é... anexos ao contrato, com a SES... e trouxe para o senhor ver aquele comparativo do

Conde, lembra? que eu falei pro senhor do Conde? eu trouxe inclusive aqui... eu fiz um resuminho... porque... eu trouxe... esse aqui é o mapa de cotação do Conde. A prefeitura do Conde.. direitinho.. o mapa deles, tá? Mas, em regra geral, os primeiros colocados... Total, faturado pro LIFESA, 738 mil reais, que gente a fatura pra eles. Agora olha o nosso custo, 495 mil reais. Margem de 243 mil reais. 32 por cento a mais.

(30m20s)

RICARDO COUTINHO: E pro Conde caiu quanto a menos?

DANIEL: Pro Conde saiu 22 por cento! Até tem... o resumo tá aqui.

RICARDO COUTINHO: Os caras ganham muita...

DANIEL: Muita coisa, sobra pro Estado 51 por cento, 124 e meio pro estado e teoricamente 123 por cento pra TROY. Aqui... essa aqui... exatamente o que tá aqui eu planilhei pra cá pra ficar mais fácil, o nosso preço, botei a tabela CEMED pra comparativo. A tabela CEMED é o limite máximo... olha o primeiro item que diferença o... R\$ 0,46 que nós cotamos, tabela CEMED, R\$ 1,85. O segundo colocado cotou R\$ 0,78, o outro R\$ 0,88, e (outro colocado) R\$ 1,05. A gente cotou R\$ 0,46. Foi gigante(a diferença). Mas na média, tem uns que não são uma diferente tão grande...

RICARDO COUTINHO: Quanto?

DANIEL: mas na média, 28 por cento! É esse resumo que a gente vai apresentar na reunião pros municípios. **E aí, agora quando o senhor quiser marcar, estou à disposição.**

RICARDO COUTINHO: Quer fazer esse ano?

DANIEL: É!

RICARDO COUTINHO: É!

Além dos elementos probatórios já expostos e colhidos durante toda a investigação, informações recentes levantadas pelo Ministério Público da Paraíba (RELATÓRIO DE INFORMAÇÃO Nº. 090.2019) demonstram que o paciente continua atuando fortemente na estrutura do estado da Paraíba. No caso, o paciente busca interferir na atuação de um Delegado de Polícia Civil:

ÍNDICE: [538693](#)

AUTO 002

OPERAÇÃO: CALVARIO

NOME DO ALVO: RICARDO VIEIRA COUTINHO

TELEFONE DO ALVO: 83988391195

DATA DA CHAMADA: 18/10/2019

HORA DA CHAMADA: 19:17:27

DURAÇÃO: 00:08:15

TELEFONE DO CONTATO:

DIREÇÃO:

OBSERVAÇÕES: @@@DOUGLAS X RICARDO COUTINHO - DENÚNCIAS

TRANSCRIÇÃO:

INÍCIO DE TRECHO IMPORTANTE: 04:30.500

DOUGLAS: Depois a gente... Como é que tá esse... esse clima aí no... no... na... entre... o pessoal do governo arrefeceu... eu... eu... pelo menos eu vi umas...

RICARDO: É... né...

DOUGLAS: Umas falas mais de contemporização....

RICARDO: É... é... só que na prática ficam jogando duro né? Porque... É atacando MÁRCIA, num é... botando gente pra atacar MÁRCIA... pra mentir... botando... é... é... delegado pra... sabe... coisa... coisa horrível.

DOUGLAS: Sabe que eu... eu... tava com MÁRCIA quando ela...

RICARDO: Hum...

DOUGLAS: Recebeu a notícia de que iam fazer um... um... um...

RICARDO: Hum...

DOUGLAS: Estdalhaço com uma coisa ridícula... ridícula... ela... ela cobrou o IPTU e fez uma atualização do IPTU... é o que o... é o que os (ininteligível)

RICARDO: Exato.

DOUGLAS: mais recomenda

RICARDO: Exato... é.

DOUGLAS: É...

RICARDO: Exatamente.

DOUGLAS: Aí uma diferença de valor de trinta e poucos reais no...

RICARDO: É...

DOUGLAS: IPTU

RICARDO: É... é...

DOUGLAS: E os caras... os caras abrir um procedimento dizendo que é excesso de exação.

RICARDO: É.

DOUGLAS: Mas ele fez isso... mas queria fazer era por falsidade ideológica, né?

RICARDO: Era...

DOUGLAS: (Ininteligível) documento...

RICARDO: Era...

DOUGLAS: É um... é um...

RICARDO: Isso mesmo.

DOUGLAS: Um... um jogo... um jogo espúrio... espúrio...

RICARDO: É... é... agora só que nós estamos preparando chumbo grosso, sabe? Não vamos permitir que... sabe? Aquele bolsonarista desgraçado daquele delegado... o cara tá lá pra isso... o cara tá lá pra isso... o TERRUEL... escroto... sabe?

DOUGLAS: Uma... uma... um negócio sem... sem pé nem cabeça... sem pé nem cabeça... e é o seguinte... todo mundo que... que tem uma... uma... uma relação de... de... de admiração e de respeito com você eles... eles... eles tão querendo constranger.

RICARDO: É... e eu inclusive marquei... não disse o que era mas disse que falei hoje com JEAN querendo falar com ele... Vou... sabe?

DOUGLAS: Hum...

RICARDO: É um doido rapaz! Que negócio maluco rapaz! O cara quer inventar um... um... uma coisa onde não existe... cabaré era antes.

FIM DE TRECHO IMPORTANTE: 06:40.689

Diante de tudo que foi exposto, observa-se que, diferentemente do que alegam os impetrantes, o paciente continua atuando a frente da Organização Criminosa em questão, a ponto de manter a estrutura delitiva no atual governo.

A captura do Estado por uma organização criminosa liderada por ex-Governador desafia a credibilidade da ordem pública.

Qual é a ordem pública vigente no Estado da Paraíba? A que o Tribunal de Justiça paraibano protege ao isolar cautelarmente do convívio social o ex-governador que comanda uma organização criminosa ? Ou a ordem criminosa que se apropriou de recursos públicos, de estruturas de serviços públicos estatais, de contratos públicos, e cargos de governo e que com esse modo de operação assegura poder político fortíssimo?

A liderança de Ricardo Coutinho é tamanha que, mesmo diante de inúmeros escândalos de irregularidades envolvendo a CVB/RS e o IPCEP, o atual governador manteve os contratos que essas Organizações Sociais titularizavam. No caso da CVB/RS a continuidade se deu até maio do corrente ano, já o IPCEP os contratos continuam em vigor até o momento.

A própria estrutura de pessoal que Ricardo Coutinho liderou durante sua gestão foi mantida na atual, com destaque para Livânia Farias, sua principal articuladora, que até pouco tempo estava na atual gestão e foi afastada apenas em virtude de ter sido presa no curso da Operação Calvário.

A prisão cautelar, portanto, é essencial para se restaurar o Estado de Direito e o modo republicano, expurgando-se organização criminosa que se apropriou do Estado e detêm poder político.

É mister estancar todos os meios e modos pelos quais o funcionamento do Estado da Paraíba foi apropriado por organização criminosa liderada por seu ex-governador.

Vale destacar que, diferentemente do atual governador, cuja expressão no âmbito da política local é infinitamente menor, Ricardo Coutinho é uma liderança política local fortíssima. Conseguiu fazer a sucessão no governo do estado para um candidato de sua esfera de poder e com reduzida história na política local.

Estamos diante, portanto, de uma flagrante situação de gravíssimos crimes praticados por uma organização criminosa, a qual, sem nenhuma dúvida, o paciente lidera.

Temos o Estado capturado e refém de organização criminosa, fazendo-se mister a devolução da ordem pública aos canais republicanos de funcionamento da Administração Pública.

A materialidade e a autoria, necessárias à prisão, se sustentam em um vasto volume probatório produzido no curso da investigação, não apenas em depoimentos resultantes de acordo de colaboração, reforçado por áudios de flagrantes situações de cobrança de propina envolvendo o paciente.

Medidas cautelares alternativas à prisão, no caso, se mostrariam eficientes APENAS para garantia da aplicação da lei penal; todavia, a liberdade do chefe da organização criminosa coloca em risco a aprofundamento da coleta de provas, eis que notório à organização criminosa os pontos já descobertos e as linhas apuratórias.

Porém, a eficiência das medidas cautelares alternativas à prisão tende a ser mínima no que pertine a restauração da ordem pública ! Revelado que o Estado fora, de há muito capturado, por uma organização criminosa; e tendo o Ministério Público e o Tribunal de Justiça paraibanos reagido com eficácia e eficiência a estancar a apropriação do Estado por organização criminosa, o recuo no encarceramento de seu líder – e ex-governador – faz colocar em dúvida a ordem jurídica e o estado de legalidade.

Quando uma organização criminosa domina o Estado e dele se apropria, a resposta que restaura a ordem pública deve levar em conta a imperiosidade de uma reação drástica e que assegure na sua plenitude o desmonte da máquina delitiva.

Sabe-se que o crime organizado, nem mesmo com a prisão de seus líderes, é facilmente desmantelado. O que dizer com o retorno a liberdade de chefe de organização criminosa ?

Cautelares alternativas são próprias de delitos e delinquentes que ofendam a lei penal e cujo constrangimento antecipado de liberdade possa soar antecipação de pena. São um avanço do sistema processual penal!

Todavia, cautelares alternativas são contraproducentes quando seus beneficiários são lideranças poderosas de organizações criminosas. Nesses casos, em lugar de uma antecipação de privação de liberdade, o que se apresenta à Sociedade é uma antecipação – quase confissão – da impossibilidade material de submissão de grandes delinquentes e de suas organizações criminosas ao império da lei e a autoridade da Justiça.

A Sociedade paraibana viu o movimento das instituições de perseguição e responsabilização na direção do desmonte de organização que capturou o Estado. A prisão restaurou a ordem pública. A liberdade do paciente, ainda que no plano individual seja clemente, no plano coletivo, social e público é um atentado contra a ordem pública

O retorno à liberdade do agente de poder político e criminal, faz pairar dúvida a todos sobre a capacidade do Judiciário, do Ministério Público e da Polícia de restaurarem o império da lei e alcançarem todos os faltosos.

A liberdade significa, no caso, asseverar que há uma ordem pública e jurídica em convivência a uma ordem criminosa, política e poderosa, cujas Instituições falecem em deter.

Nenhuma cautelar diversa da prisão, neste momento, mostra-se suficiente para garantir a ordem pública e a integridade do andamento das investigações, ante a incansável e incessante atuação criminosa do paciente, que, em liberdade, indubitavelmente irá gerar empecilhos ao andamento da perseguição criminal, bem como atentará contra a ordem pública colocada em cheque no Estado da Paraíba.

No que diz respeito à alegação de incompetência do Tribunal de Justiça da Paraíba, não há como concordar também.

As situações delitivas em investigação perante o Superior Tribunal de Justiça são pontuais e independem do andamento das demais investigações em curso na Paraíba e no Rio de Janeiro. O simples fato de as investigações iniciadas na referida Corte Superior terem relação com os eventos envolvendo o paciente não é suficiente para atrair todas as demais investigações.

A unicidade da investigação só seria admissível em um contexto de conexão fática e ou probatória, o que não acontece no presente caso, visto que claramente foi possível separar as situações envolvendo autoridades com foro no Superior Tribunal de Justiça das demais investigações. A junção integral dos casos seria totalmente prejudicial à persecução criminal e em nada modificaria a situação investigativa do paciente, que poderá, repita-se, seguir de maneira autônoma vinculada ao Tribunal de Justiça da Paraíba.

Observa-se, em verdade, que a intenção dos impetrantes é exclusivamente inviabilizar as investigações, que, separadas, não gerarão prejuízo, mas que juntas se tornarão inviáveis.

Outrossim, a vinculação eleitoral alegada pelos impetrantes também se mostra totalmente impertinente, visto que o evento mencionado no período eleitoral é claro em demonstrar um contexto de pagamento de vantagens delitivas em face de uma contrapartida que o pagador teria na gestão do paciente.

As peculiaridades da competência criminal eleitoral não são apreciáveis na via estreita e unilateral do *habeas corpus*. É mister que se lembre que o autor da ação penal – o Ministério Público do Estado da Paraíba – também possui atribuições eleitorais e, com a cognição integral da extensão e profundidade do caso, elegeu acertadamente a jurisdição estadual, onde houve acolhida integral da competência para o feito.

De qualquer sorte, na eventualidade da declaração primieva de competência eleitoral para o feito, entende o Ministério Público que se deva remeter o feito àquela jurisdição para que ali se

defina tanto quanto a competência, ou não, quanto sobre a manutenção, ou não, da custódia cautelar.

No que pertine ao filho menor do paciente, entende o Ministério Público que a alegação é impertinente ante o universo de pais que se encontram presos. A paternidade do paciente não é nem melhor, nem pior que a de todos os demais encarcerados.

Outrossim, o menor possui mãe e família. Não se trata, em hipótese alguma, de criança em situação de risco social.

A norma constitucional da prioridade absoluta dos direitos e melhor interesse das crianças assegura que, em qualquer situação, encontre-se a alternativa que garanta que os interesses da criança e do adolescente estejam sempre em primeiro lugar.

Havendo, como há, família e estrutura familiar para o filho do paciente, a paternidade (e a guarda) não são empecilhos a prisão.

Mas é mister frisar que é a higidez do sistema de saúde paraibano de onde o paciente drenou muitíssimos recursos financeiros que assegura A TODAS AS CRIANÇAS a prioridade de seus direitos. A Paraíba possui uma taxa de mortalidade infantil de 15,4 a cada mil nascimentos, e esse número não foi capaz de deter a ação da organização criminosa liderada pelo paciente.

É reação eficaz à apropriação do Estado por uma organização criminosa que desvia recursos a saúde que impacta mais a infância que a liberação de seu líder para exercer a guarda de seu filho menor.

Nesses termos, mostra-se totalmente correta a manutenção da prisão preventiva do paciente.

Ante o exposto, o Ministério Público Federal manifesta-se pela total improcedência dos pedidos formulados pelos impetrantes no bojo do Habeas Corpus em questão e, por conseguinte, pela manutenção da prisão preventiva de Ricardo Vieira Coutinho.

Brasília, 21 de dezembro de 2019.

HUMBERTO JACQUES DE MEDEIROS
Vice-Procurador-Geral Eleitoral, em plantão na
Procuradoria-Geral da República

Documento assinado via Token digitalmente por HUMBERTO JACQUES DE MEDEIROS, em 21/12/2019 12:20. Para verificar a assinatura acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave A7AE3AD8.8083012E.7CD4CFC9.88F071B6